



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

MARIA MONICA SILVA DO NASCIMENTO

PROJETO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO:

UM ENCONTRO ENTRE A PSICOLOGIA E A FAVELA
Recortes e Colagens na Maré

Niterói - RJ
2024

MARIA MONICA SILVA DO NASCIMENTO

UM ENCONTRO ENTRE A PSICOLOGIA E A FAVELA
Recortes e Colagens na Maré

Projeto de Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia – PPGP da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção de Grau de Mestra. Área de concentração: Estudo e Subjetividade. Linha de pesquisa: Subjetividade, Política e Exclusão Social.

Orientadora: Prof^a Katia Faria de Aguiar

Alagados

Todo dia
 O sol da manhã vem e lhes desafia Traz
 do sonho pro mundo
 Quem já não queria Palafitas,
 trapiches, farrapos Filhos da
 mesma agonia, ô E a cidade
 Que tem braços abertos num cartão postal Com
 os punhos fechados da vida real
 Lhe nega oportunidades Mostra
 a face dura do mal, ô
 Alagados, Trenchtown, Favela da Maré A
 esperança não vem do mar
 Nem das antenas de TV A
 arte de viver da fé
 Só não se sabe fé em quê (bis)
 Mas a arte é de viver da fé Só
 não se sabe fé em quê
 A arte de viver da fé Só
 não se sabe fé em quê
 A arte é de que?
 É de viver da fé (é de que?) É
 de viver da fé

Alagados - Paralamas do Sucesso (1986)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	5
INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1: A MARÉ SOBE, A MARÉ DESCE... movimentos histórias, conquistas, desafios, potencialidades.....	20
1.1 - (Des)Territorializações.....	20
1.2 - Conquistas da/na Maré associação de moradores, escolas, educação de desenvolvimento infantil (EDIs) e creches, clínicas da família e unidade de pronto atendimento (UPA).....	22
1.3- Desafios da/na Maré segurança pública, serviços de saúde e saúde mental, coleta de lixo, áreas de lazer, afastamento do espaço escolar e saneamento básico.....	24
1.4 - Potencialidades da/na Maré organizações não governamentais e demais serviços.....	29
CAPÍTULO 2: APONTAMENTOS PARA CONTEXTUALIZAÇÃO DAS PRÁTICAS E CRIAÇÃO DE POSSÍVEIS.....	32
2.1- A Construção de uma Psicologia Social em Espaços de Periferia breve histórico, compromisso social, análise das práticas.....	32
2.2- Vivências de uma moradora do Complexo da Maré (eu moradora).....	33
2.3 - Práticas de uma psicóloga do Complexo da Maré (eu psicóloga)	34
2.4 - Verbos a conjugar numa prática <i>psi</i> implicada.....	35
CAPÍTULO 3: A ANÁLISE A PARTIR DE ANALISADORES - fazendo trilhas para criar possíveis.....	37
3.1 – O analisador Religião.....	37
3.2 – O analisador Medicação.....	38
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	43
REFERÊNCIAS FÍLMICAS.....	46

Apresentação

a maré sobe, a maré desce...



Maria Monica- 5 anos - Nova Holanda Maré

A foto remete à lembrança de uma tarde ensolarada do ano de 1982. Provavelmente um dia de domingo, lembro que esse dia da semana, era o dia para usarmos as nossas melhores roupas, era uma cultura familiar, coisas da minha mãe. A foto foi tirada por um tio (Tio Jura), era como chamávamos o marido da minha tia, o Jurandir, fotógrafo de praça (lambe-lambe), vários momentos da família foram registrados por ele. Na foto, eu então com cinco anos, brincando com meus amigos na varanda de casa, uma casa de madeira sobre a maré, localizada na Nova Holanda. Depois de um tempo descobri que esse modelo de casas se chama *casa de palafitas*.

Além das casas, as ruas também eram de madeiras fincadas sobre a maré. Esse modelo de construção, feito em regiões alagadiças, possui um sistema que impede as casas de serem arrastadas pelas águas. O cotidiano nos ensinou a circular entre uma madeira e outra sem medo de cair. Achávamos até divertido!

Na varanda da casa tinha um buraco pequeno, onde visualizávamos o subir e descer da maré. Alertávamos uns aos outros com a seguinte frase:

- A maré está subindo! (Alegria e risadas).
- A maré está descendo! (Tristeza e silêncio).

Essa brincadeira fez parte do nosso cotidiano por um longo período.

Neste mesmo ano, percebi que meus pais participavam de encontros com pessoas identificadas a partir do uso de crachás, e ficava curiosa para entender do que se tratavam essas

reuniões. Tempos depois, percebi que as famílias estavam começando a deixar suas residências, subindo em caminhões juntamente com os objetos de suas casas e partindo rumo a uma nova casa e a promessa de uma nova vida. Acontecia neste momento o que chamamos de remoção.

Lembrar daquelas presenças, de pessoas com crachás, me leva às considerações de Milton Santos (1999) sobre as relações de forças e fraquezas, e às relações de forças locais que também encontro em Michael Foucault (1979). Segundo a Associação Rio de Memórias (2024), cuja matéria intitulada “Projeto Rio: vão remover a Maré?” desperta curiosidade para pensar e refletir sobre se de fato acabaria com os modos precários de vida daquele lugar.

A saída das palafitas fez parte de uma intervenção do Governo Federal chamada de Projeto Rio na gestão do último presidente do regime militar, João Batista Figueiredo, que dá nome à localidade onde resido até hoje, Vila do João (uma das comunidades situa Complexo da Maré).

PROJETO RIO

O presidente João Figueiredo visitará hoje, às 15 horas, a primeira etapa das obras do Projeto Rio — na área aterrada ao redor da ilha do Pinheiro, em Bonsucesso — quando entregará a 300 moradores da Favela do Timbau os primeiros títulos de propriedade. A visita deverá durar 90 minutos, durante os quais o presidente deverá conhecer o primeiro aterro de 46 hectares, já feito pelo DNOS, o de 15 minutos assistirá a um áudio-visual das maquetes, painéis e planos para a área — da Ponta do Caju, no Rio, à foz do Rio Itaquá, em Duque de Caxias — inclusive o projeto de urbanização para as seis favelas que formam a conhecida Favela da Maré.

Dez mil moradores da Maré recebem hoje Figueiredo

Meninos da Favela da Maré examinam a maquete da área urbanizada

falante percorre as favelas há uma semana. Convites para as escolas da área foram enviados pelas associações, e o presidente da associação da Baixa do Sapateiro, Luis Vieira dos Santos, anunciou a presença do bloco carnavalesco da favela.

De acordo com o presidente da associação do Timbau, Joaquim Agamenon Santos — que representou as associações da Favela da Maré durante a prévia da visita, feita ontem pela diretoria dos órgãos envolvidos na execução do projeto —, “todos estão satisfeitos, e confiam na plena realização do que foi planejado”.

Se há alguém insatisfeito, é porque está desinformado. E nós, da diretoria das associações, estamos procurando esclarecer essas pessoas. Alguns se ensinam, por exemplo, em relação ao pagamento do título de posse da terra, pensando que os Cr\$ 12.190,80 totais são mensais. Ora, se fosse isso, todos nós teríamos de sair da área, por não termos condições. O correto, no entanto, é que estes Cr\$ 12.190,80 são no mesmo to-

tais, e ainda podem ser pagos em parcelas, sem juros, em cinco anos (por mês nas Cr\$ 200 por mês) ou até em dez anos (semente Cr\$ 100 por mês). Isso foi o que me fez para atender a todos, e nós estamos fazendo a mesma coisa para ajudar os mais carentes.

O ABAIXO-ASSINADO

Com a informação dada ontem pelo gerente do Promorar, de que os inquilinos da Favela da Maré serão proprietários, o presidente da associação de moradores do Parque da Maré disse que não iria entregar ao presidente Figueiredo um abaixo-assinado neste sentido. Manoelino Silva comentou: “Com esta informação, o pedido de abaixo-assinado perde o significado”.

Não, os inquilinos pedem para serem proprietários. E se isto lhes é garantido, o abaixo-assinado não tem mais razão de ser. Na Maré, estamos sabendo de alguns insatisfeitos que dizem que não vão assinar, mas se podem ser desinformados, já que tudo que pedimos são mapas. Por outro lado, o pessoal da favela da Marcelino Dias deverá ir ao aterro amanhã (hoje), para agradecer pois a Fundrem lhes prometeu urbanizar aquela área também, sem remover os moradores, assim como estão fazendo na Maré. O Projeto Rio consiste de todos os moradores da Maré, e a vitória dos favelados. As outras favelas estão sendo isso, e passando a reivindicar.

Até dezembro, duas mil casas ficam prontas

Até o final do ano, duas mil casas do Projeto Rio estarão prontas, bem em frente à Favela da Maré, para o remanejamento dos moradores das palafitas, disse ontem, em entrevista, o gerente do Promorar, Gustavo Heck, acrescentando que isso “não é uma previsão”, e sim “uma ordem” do ministro Mário Andreazza. Assim, estará concluída mais de uma etapa do projeto, que prevê a construção de 9.531 habitações em sua área prioritária (o Município do Rio). Ontem, o Ministério do Interior, com os órgãos incumbidos da execução do projeto, fez uma “prévia” da visita presidencial programada para hoje, exibindo à imprensa o áudio-visual que Figueiredo assistirá, assim como as maquetes e mapas que ele verá.

No local das obras, além de um pavilhão onde estão os painéis sobre o projeto — e onde, futuramente, na área urbanizada, será um comércio — foi armado um palanque que será utilizado durante a visita. O ministro Mário Andreazza esteve ontem na área e assistiu ao áudio-visual. Ele, porém, retirou-se do local antes das 9h30m, não querendo esperar os repórteres que chegariam às 10h30m, já que não fora fazer um check-up das obras, segundo sua assessoria.

O PROJETO

Para uma visão global da área já aterrada, do conjunto de obras e da par-

te da favela em que as palafitas serão retiradas e o local posteriormente aterrado também, o Ministério do Interior colocou à disposição da imprensa um helicóptero, do qual se pode ver todos os setores do Projeto Rio, que foram apontados num grande mapa por Gustavo Heck. Enquanto mostrava, um painel que ocupa toda uma parede do pavilhão, os sete setores do projeto, ele descrevia suas linhas gerais.

O Projeto Rio estará totalmente concluído de 1983 a 1988 e beneficiará um total de 250 mil pessoas. Sua estimativa de custo é de Cr\$ 28 bilhões. A base do programa, em geral, é garantir o acesso à propriedade, os serviços públicos essenciais e a integração da população com a comunidade.

Na “prévia” feita para a imprensa, foi, de início, exibido o áudio-visual, que apresenta imagens das atuais palafitas, inclusive com a entrevista de uma moradora que afirma ter seu filho caído no mar cheio de detritos e que, para salvar o “bebê”, a água cheia de microbios. O áudio fala sobre o Promorar — do qual o Projeto Rio faz parte — criado em 1979, com o objetivo de “propiciar habitações dignas para os favelados, sem removê-los do local, que escolhem para morar, e a preços nunca supe-

riores a dez por cento do salário mínimo”.

Um milhão e meio de pessoas, informo e áudio, já estão sendo atendidas pelo Promorar que, através do Ministério do Interior, recupera áreas com aterros, fazendo obras de infraestrutura, moradias, equipamentos comunitários etc.

Dentro do Promorar, um dos maiores setores é o Projeto Rio, que em sua área prioritária tem 17 favelas com 200 mil pessoas. Daí, sobressai o conjunto da Maré, com 11.900 unidades prediais, 17 mil famílias e 1,4 mil palafitas. O Promorar já abrange 21 Estados, dois territórios e o Distrito Federal, e é para populações que recebem até três salários mínimos.

OBJETIVOS

O áudio-visual também fala dos objetivos centrais do Projeto Rio, em seus 27 quilômetros ao longo da Baía da Guanabara: criar espaços para abrigar populações de baixa renda, criar condições para ambientação ecológica e paisagística do trecho mais poluído da Baía, e criar espaço para redimensionamento do plano viário da cidade. Neste último item, cita o áudio, está a R-040, já projetada para acesso ao Norte do Rio. O áudio ainda esclarece que os planos foram feitos de acordo com reivindicações dos moradores.

Em explanação sobre o projeto, o diretor de Programas Especiais do DNOS, coronel Italo Mazzoni, também falou sobre a Linha Vermelha, que, na área do projeto, é uma via para a Avenida Brasil, e apontou os setores que serão urbanizados: Favela do Caju, aterro sanitário do Caju, do Pinheiro, área da Maré, Praia dos mos, Mercado São Sebastião, e a das Missões, onde haverá uma rodovia intermunicipal, que apoiará a N-100.

Ao todo, disse ele, serão 17 mil famílias beneficiadas na área da Maré, com o título de propriedade da terra (após os 300 que o presidente Figueiredo entregará hoje, em dois meses) e as outras favelas também terão seus títulos dentro de quatro a seis meses; e cinco mil — entre os moradores em palafitas e os inquilinos da favela — terão novas habitações.

Em relação às pessoas que têm mais de uma casa na Maré, alegando-as, o diretor do DNOS esclareceu que elas não terão o título de posse de uma, e indenização pelas restantes, levando-se em conta as beneficiárias existentes, já inquilinas, frizou, “passarão a ser proprietárias”. Segundo ele, “reserva técnica”, já que “é melhor construir a mão de obra a menos”.

De fato ser removida para uma casa de tijolos com ruas asfaltadas, trouxe benefícios para a população que outrora precisava conviver com maus cheiros, animais peçonhentos e sempre na iminência da aquisição de doenças. As formas de moradia eram inadequadas, precárias, insalubres e precisavam de uma política habitacional (CEASM, 2008). Certamente, a remoção trouxe melhorias das condições sanitárias e ambientais. (Benetti, 2004).

Esse é um recorte da minha história e de muitas pessoas negras periféricas do Brasil, pessoas que viveram e vivem em zonas precárias e sem acesso ao básico de saúde, educação, segurança alimentar, cultura, transporte, infraestrutura, um lar.

A história de Carolina Maria de Jesus (1992) fala do cotidiano da favela, um cotidiano que já foi contado por diversas pessoas que não são “cria” que é uma gíria comum, **cria** remete a pessoa que nasceu e mora até hoje na favela expressa um pertencimento e conhecimento do local de forma mais familiar, pois a perspectiva de quem vive de fato na favela é outra, é falar de dentro para fora. Ela, nascida em Minas Gerais, catadora de papel, que só pôde chegar até o segundo ano do ensino fundamental, mãe solo, moradora da primeira grande favela de São Paulo. Carolina relata a difícil realidade vivida na década de 1950, o que passou para criar seus filhos, a construção de sua casa a partir de objetos do lixo, sua luta pela sobrevivência. Relatando a sua jornada de aprendizagem, na leitura e na escrevivência, iniciada na catação de papelão e de papéis despejados ao chão, traz seu olhar em relação a sua ascensão enquanto mulher negra, periférica, e os diversos embates vividos na fome, na miséria, na violência, no racismo.

O seu livro “Quarto de despejo” (1992) dialoga muito com minha vivência enquanto moradora de favela, pois Carolina Maria de Jesus criou narrativas reais de corpos de território de favela. Nessas narrativas, apresenta um olhar crítico-sociocultural e político de como é morar, viver, ser uma pessoa negra, favelada com escassez de recursos materiais, sanitários, de saúde de segurança. A autora destaca que “Duro é o pão que nós comemos. Dura é a cama que dormimos. Dura é a vida do favelado.” (Jesus, 1992, p. 41)

Eu ficava ansiosa para chegar a vez da minha família. Até que o dia chegou! Nossas coisas foram colocadas em um caminhão e fomos levados para uma vila de casas coloridas, todas iguais e com uma árvore na frente. As casas foram aos poucos sendo ocupadas e uma nova vida iniciada, foi esquisito morar numa casa de tijolos e

ruas asfaltadas. Os meus amigos, aqueles que mencionei no início, não moravam mais perto de mim e novos amigos foram aparecendo.

Agora tínhamos água e esgoto encanados e coleta de lixo regular, o acesso à saúde e à educação era mais efetivo. Na época das palafitas não havia escola no Complexo da Maré, precisávamos acessar outros territórios e isso era difícil. Para tentar uma vaga na escola, meu responsável tinha que faltar ao trabalho, dormir na porta da escola, e nem assim era certeza a garantia desse direito. Sem contar a insegurança da permanência na fila durante a madrugada e a incerteza da garantia da vaga. Sendo assim, iniciei minha vida escolar no MOBRAL¹.

Se hoje, há um movimento social forte e unificado da população negra em contextos de favela reivindicando melhores modos e condições de viver é graças a luta dos que vieram antes de mim. Pessoas como Carolina Maria de Jesus, Lélia Gonzales, Conceição Evaristo, Milton Santos e outros intelectuais que fizeram história e que mesmo com o apagamento histórico vigente na academia universitária e mídias, pois até a minha chegada ao mestrado eu não tive contato com eles, mas sei que abriram caminhos para novos aprendizes e para que intelectualidades negras se conectassem com suas próprias histórias, formas de fazer ciência e dar sentido de existência.

Nesse sentido, Giovana Xavier (2019) convida a pensar como damos significado em cada degrau que subimos em nossas carreiras, vivências enquanto pessoas negras periféricas que movimentam estruturas, alcançando lugares inesperados como universidades, institutos de pesquisa como a Fiocruz, sair de um lugar objetificado, de uma condição de ser alvo de violência e muitas vezes ter a nossa intelectualidade e acessos negados. Não se trata de história de superação à qual nossas histórias são confinadas em grande parte. Se trata de um ativismo coletivo, de uma luta trajada e que incide diretamente na vida de milhões de pessoas.

Poder residir em uma casa com água e esgoto encanado, com coleta de lixo regular, em um espaço digno de moradia não me torna uma vencedora, porque deveria ser algo comum e de direito assegurado a todos. Um ganho este que é fruto de uma resistência percorrida sob um caminho de invisibilização geopolítica que possibilita-nos

¹ Em 1970, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) foi criado pelo Governo Federal com o intuito de erradicar o analfabetismo do Brasil em dez anos. A proposta trazia a alfabetização funcional de jovens e adultos, com o ensino de técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-los a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida. Em 1985 o programa foi extinto e substituído pelo Projeto Educar. Disponível em: <<https://www.educabrasil.com.br/mobral-movimento-brasileiro-de-alfabetizacao/>>. Acesso em: dezembro de 2023.

refletir o que nosso sucesso exala e fala.

Com o passar do tempo o território começou a ganhar outras formas. Escolas municipais foram sendo construídas e pude usufruir de uma delas, a Escola Municipal Teotônio Vilela, localizada no Conjunto Esperança (do CA ao Ensino Fundamental completo). Até o ano de 2011 a Maré possuía 21 escolas municipais desde então esse número foi ampliado; hoje a Maré conta com 46 escolas, sendo a última inaugurada em 2018, na comunidade Salsa e Merengue - Escola Municipal Vereadora Marielle Franco, assassinada em 2018, uma referência importante na militância pelos Direitos Humanos no Complexo da Maré.

A Maré estava “subindo”, crescendo de várias formas, populacional e estruturalmente. Vivendo este território, em diversos momentos nos enchemos de esperanças com esta subida. Foi assim com o crescimento do comércio, das construções das escolas, da mobilização dos atores sociais para obter direitos e garantias de acesso a educação, saúde, transporte etc. Mas também víamos a Maré “descer” quando percebemos uma elevação no grau de violência, na construção dos muros da Linha Amarela, gerando um cercamento e exclusão. Com o aumento da população, vimos a precarização dos serviços públicos como o fornecimento de energia elétrica, telefonia e internet.

A condição de acesso aos serviços oscilam com nas marés. Junto às omissões do Estado, às precarizações dos equipamentos, precisamos considerar as gestão do território por outras forças que ora impedem melhorias, ora impõem seus interesses.

Aos dezoito anos conclui o Ensino Médio em uma escola fora da Maré no entanto, só após dezesseis anos pude fazer um curso pré-vestibular que me deu condições de acessar no ensino superior. Esse longo período fora do espaço escolar se deu devido à priorização do casamento e da vivência da maternidade. O desejo de cursar o Ensino Superior e vivenciar o mundo acadêmico, era intenso em mim, mas os ensinamentos do patriarcado também. Meu papel ao longo desse período foi exclusivamente o de cuidar, da casa, do marido, da filha, afinal, “o capitalismo atribui o trabalho reprodutivo sobretudo às mulheres, ele restringe nossa capacidade de participar de forma plena, como iguais, no mundo do ‘trabalho produtivo’...” (Arruza, Bhattacharya, Fraser, 2019, p. 43).

Foi através do Terceiro Setor, nos cursos de pré-vestibulares, que se abriu essa porta, inicialmente via Centro de Estudos Solidários da Maré (CEASM), localizado no Morro do Timbau e, posteriormente, via Redes de Desenvolvimento da Maré,

localizado na Nova Holanda. Em 2013, contando com uma rede de apoio composta por familiares e amigos, me matriculei no curso de Psicologia da Universidade Estácio de Sá, na condição de bolsista integral pelo Programa Universidade para Todos (PROUNI)².

Certa vez eu estava em uma palestra e ouvi uma mulher se intitular, como mulher preta e intelectual, aquilo me soou estranho, pois para mim, só homens brancos, donos do poder, poderiam ser chamados, assim. Giovana (2019) em seu livro “Você pode substituir mulheres negras como objeto de estudo por mulheres negras contando sua própria história” trouxe visibilidade da intelectualidade negra reconfigurando o que se compreende por intelectualidade, e produções científicas narradas por mulheres negras que romperam e rompem modelos eurocêntricos padronizados de conhecimento. Giovana aponta uma reflexão crítico-social sobre o que é fazer e alcançar espaços ditos intelectuais e questiona o que é ser intelectual e digno de ser denominado um. Aquela antiga e latente frase “Personificando o ambíguo título de primeiras das famílias, essas meninas chegam ao espaço acadêmico colocando em prática um direito que nos foi tomado: o de projetarmos nossas vidas para o sucesso e o bem-viver.” (Xavier, 2019, p. 22)

A escolha do curso de Psicologia se deu devido ao que no início era um vislumbre. Na verdade, eu não entendia bem como funcionava a Psicologia, a referência que tinha eram os divãs que as novelas e filmes me apresentavam e as informações trazidas por patrões e gestores com quem convivia. Algo idealizado e que se mostrava bem distante da minha realidade, afinal para ser atendido por um psicólogo era necessário ter dinheiro, pois esse serviço não é tão acessível pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Mesmo entendendo a importância do serviço oferecido, eu trazia como reflexão, o seguinte questionamento: como um serviço tão relevante é tão distante da realidade do público favelado?

A escolha do Campus, localizado na Barra da Tijuca, ocorreu por ser perto do meu ambiente de trabalho naquela época. Eu trabalhava 40 horas, de segunda a sexta, em um escritório de uma papelaria e o deslocamento para um Campus em outro

² Programa do Ministério da Educação, criado pelo governo federal em 2004, que oferta bolsas de estudos em instituições particulares de ensino superior para estudantes de baixa renda, oriundos de escolas públicas ou bolsistas integrais de escolas particulares e pessoas com deficiência sem diploma de ensino superior, ou professores da rede pública de ensino. Disponível em: <<https://acessounico.mec.gov.br/prouni/duvidas#>>. Acesso em: julho de 2024.

bairro poderia implicar no atraso e/ou em falta nas aulas de alguma disciplina. Essa escolha teve efeitos em mim e na profissional que me tornei.

Giovana (2019) fala que a luta por existir e reexistir como instrumento atinge de forma específica mulheres negras. Ocupar um espaço acadêmico elitista do qual fiz parte e não obtive nenhum contato com intelectuais negros, diante desse silenciamento fez com que eu construísse esta pesquisa desse encontro da Psicologia e a Favela trazendo este recorte do Complexo da Maré do qual faço parte e vivo e hoje dialogando com escritores negros e negras que redimensionam esta pesquisa com força e alicerces de caminhadas epistêmicas antirracistas.

Segundo Conceição Evaristo (2017):

Escrever significa, nesse sentido, contar histórias absolutamente particulares, mas que remetem a outras experiências coletivizadas, uma vez que se compreende existir um comum constituinte entre autor/a e protagonista, quer seja por características compartilhadas através de marcadores sociais, quer seja pela experiência vivenciada, ainda que de posições distintas. Evaristo (s/d, em Cruz, 2017)

Conceição fala em escrevivências (1995), um termo trazido por ela, até então desconhecido por mim e que se tornou um espaço de escuta se que dá através dessa vivência e experiências de vida de homens, mulheres e crianças. É uma escrita que se dá no corpo, que tem a ver com uma linguagem própria, esse modo de falar de certas camadas da população que certas epistemes eurocêtricas-ocidentais repulsam e criam preconceito lingüístico (pensei em citar Nego Bispo, do livro *A terra dá, a terra quer*, sobre a descolonização através das palavras). Talvez isso justifique o meu medo de escrever, por achar que deve existir um modelo padrão de escrita e não conseguir me enquadrar nele.

Mas conceição diz: “a nossa escrevivência não é para adormecer os da casa grande, e sim para acordá-los de seus sonos injustos”. Nesse sentido, ela nos inclui neste lugar de pertencimento e cria uma ruptura com determinadas escritas acadêmicas ou, melhor dizendo, academicistas que impedem corpos periféricos de compreenderem e falarem em um mesmo lugar, mesmo que partindo de referenciais espaciais e socioculturais distintos. O linguajar se torna outro, nossos corpos incomodam as epistemes hegemônicas.

Faz-se necessário compor com o corpo universitário, com o corpo discente, o corpo docente, o corpo técnico, o corpo que se faz presente não só nestes espaços como em diversos outros. Alinhada às minhas escrevivências, neste estudo busco traçar um

caminho que parte de uma episteme nascida de uma experiência favelada, assim como esse estudo traz como sujeito(s) de pesquisa alguém que, por herança histórica, é mais sensível e alvo à essa produção. Posto que, o processo de escravização e apagamento intelectual, de subjetividades, corporeidades e o não-acesso ao estudo, saúde de qualidade, garantia de existência humana, a dignidade e obtenção do protagonismo ainda é vigente na sociedade contemporânea e demarca histórias atravessadas pela dor, violência, racismo, opressão, desigualdade, e processos de [re]existência.

A obra de Conceição possibilita reflexões importantes considerações sobre questões sociais, raciais, territórios e corpos marginalizados (que vivem à margem da sociedade). E no que fomenta este estudo ela afirma que:

Escrevivência, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças. E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também. Pertencem, pois nos apropriamos desses signos gráficos, do valor da escrita, sem esquecer a pujança da oralidade de nossas e de nossos ancestrais. Potência de voz, de criação, de engenhosidade que a casa-grande soube escravizar para o deleite de seus filhos. E se a voz de nossas ancestrais tinha rumos e funções demarcadas pela casa-grande, a nossa escrita não. Por isso, afirmo: a nossa escrevivência não é para adormecer os da casa grande, e sim acordá-los de seus sonos injustos. (Evaristo; Nunes, 2020, p. 12)

Carolina, assim como Conceição, traça e desbrava uma luta que é dos moradores das favelas, luta coletiva pela sobrevivência, mais do que isso, luta por oportunidades e direitos iguais, por acesso ao estudo, trabalho, projetos, à cultura.

Conceição Evaristo certa vez disse - “Eu digo, para mulheres negras escrever e publicar é revolucionário”. Quem nunca ouviu que quem tem caneta na mão é sinônimo de poder? Muitas sementes foram semeadas pelos nossos e, graças a elas, temos gerado frutos e provocado expansão de árvores de conhecimentos. Nesse sentido, a escrevivência é um ato de luta para sermos “quem quisermos ser, um direito relacionado à nossa história de pertencimento a uma comunidade negra, plural em seus modos de ser, sentir e existir.” (Xavier, 2019, p. 56)

Alinhado a este pensamento, Carolina Maria de Jesus evidencia bastante em sua fala o que é ser negro em um país que mais mata diariamente e de muitas formas o povo negro. Mata de fome, de dor, de variadas formas de violência, assassinato por ser corpo-alvo de tiro, mata a alegria de viver, mata sonhos, desejos, vontades, emoções, saúde psicofísica e tantos mais. Em suas palavras:

20 de agosto. Saí e fui catar papel. Não conversei com ninguém. Encontrei com o fiscal da Prefeitura que brinca com a Vera dizendo que ela é sua namorada. E deu-lhe 1 cruzeiro e pediu-lhe um abraço. Penetrou um espinho no meu pé e eu parei para retirá-lo. Depois amarrei um pano no pé. Catei uns tomates e vim para casa. Agora eu estou disposta. Parece que trocaram as peças do meu corpo. Só a minha alma está triste. ...Cheguei no ponto final do Canindé. Passei na COAP para comprar arroz. O mais barato, que já está velho e com gosto de terra. (Jesus, 1992, p. 115)

Chegar até a escolaridade universitária não é algo comum e de grande escala da população pobre do país. Podemos nos perguntar, quantas, mulheres, periféricas, pretas ingressam na faculdade pública, se mantêm, se sustentam conciliando estudo e trabalho e tarefas de casa, trabalham em empregos formais, ocupam cargos de grande valia etc. Muitos nem sabem o que é faculdade ou sequer almejam estar nela e/ou se veem como grandes produtores intelectualidade negra dentro e fora do espaço acadêmico. Por quê? Porque “o racismo deixa não somente cicatrizes, mas feridas que não fecham” (Xavier, 2014, p. 60)

Foi impactante acessar uma universidade mesmo que privada em um dos bairros emergentes da capital carioca. Era totalmente diferente da referência que eu tinha como instituição educacional, a estrutura, as pessoas, o ensino, a fala. Lidar com esse novo foi um processo desafiador, no entanto, se pensar no que essa experiência agregou para minha vida, foi enriquecedor.

Durante a graduação de Psicologia na Universidade Estácio de Sá – Campus Akche e Tom Jobim, ambos localizados na Barra da Tijuca – as vertentes da Psicologia que eu encontrava em sala de aula me traziam inquietações sobre como seria atuar no território em que resido. Meu espaço de formação, localizado em uma região nobre do Rio de Janeiro, era predominantemente ocupado pelo ensino de práticas clínicas destinadas a consultórios privados. O foco seria atender de forma individual a um público totalmente diferente daqueles que residem nas favelas. A sala de aula me ensinava a atender uma população que não habita o território para onde eu retornava quando acabavam as aulas.

(...) Alguns pressupostos difundidos entre as teorias psicológicas e difusamente presente nas aulas dos cursos de graduação se articulam com certa perspectiva elitista e produzem em seu desdobramento profissionalizante uma elite intelectual e profissional, cujas ações precisavam ser analisadas para que esta inversão fosse produzida (...). (Gonçalves, 2019, p. 10).

Pensando a atuação dentro de um território em vulnerabilidade social, ainda

que sem receber da minha universidade embasamento e ferramentas para atuar nesse contexto, buscava por conta própria referenciais que me possibilitassem essa atuação. Encontrei a Psicologia Social Comunitária, e me vi imaginando como seria atuar em meu território com esses balizadores. Uma fuga das vezes em que me flagrei repensando minha escolha profissional.

Porque os olhos brancos não querem nos conhecer, eles não se preocupam em aprender nossa língua, a língua que nos reflete, a nossa cultura, o nosso espírito. As escolas que frequentamos, ou não frequentamos, não nos ensinaram a escrever, nem nos deram a certeza de que estávamos corretas em usar nossa linguagem marcada pela classe e pela etnia. (Anzaldúa, 2000, p. 229).

Uma parte considerável dos meus colegas de turma pertenciam a uma classe social mais elevada que a minha e, talvez por isso, trabalhar com a Psicologia Social Comunitária não lhes gerasse interesse. O que estava em ênfase era a Psicologia Clínica, aquela baseada numa sala, decorada e cheia de recursos terapêuticos. Nós éramos preparados para, após a formatura, montar esses consultórios e buscar uma formação adicional em Psicanálise, Gestalt ou Terapia Cognitiva Comportamental (TCC), algo extremamente dispendioso. Como eu poderia aderir a essas formações, se mal havia me formado, estava fora do mercado formal de trabalho e, conseqüentemente, não tinha recursos financeiros suficientes? O desejo de meus colegas era atender uma parcela da população, certamente privilegiada, que lhes restituísse o empenho com os gastos, porém essa realidade não me cabia. Minha atuação se dando inicialmente na Maré, as pessoas mesmo sendo elegíveis para a psicologia não teriam dinheiro para pagar consultas em valores tabelados sugeridos pelo CRP (Conselho Regional de Psicologia), uma outra questão era que minha formação voltado para a área clínica não me fornecia ferramentas de pensamentos e de intervenção para atuar com outros campos de problemas.

Segundo Ferreira (2019) esta discussão é importante, pensar a atuação da Psicologia em contexto favelado para que o profissional que estará nessa atuação, esteja apoiado em referências que compreendam a gênese da pobreza e suas nuances, diversidades, e que esteja comprometido com uma psicologia ética e política.

Já formada, retorno à favela não apenas como moradora, mas também como profissional, querendo trabalhar a Psicologia com pessoas que, em sua maioria, nunca tiveram acesso a esse serviço. Esse retorno ao território me convoca a seguir em

minhas reflexões sobre como atuar com a Psicologia dentro desse território, em vulnerabilidade social. Sem dinheiro para montar um consultório, com um público que, em sua maioria, não entende como funciona o processo psicoterápico, que traz suas crenças - “ir ao psicólogo é coisa de maluco”, “depressão é falta de Deus”, entre outras - e preconceitos sobre a profissão, afetando a adesão ao processo.

Como dar seguimento a essa profissão que foi regulamentada no Brasil há 61 anos e que ainda possui formas de ocupar espaços desfavorecidos com práticas reproduzidas de países do norte, e sem problematizar a cultura ocidental, sua epistemologia, suas práticas?

Quando a Psicologia entra nas favelas em nome do cuidado, ela entra sem considerar a sua própria implicação na disciplina de corpos e almas, no seu controle, na promoção de relações de poder que reproduzem uma maneira de pensar e agir (Foucault, 1975). As práticas *psi*, não fazendo análise crítica de seu desempenho, favorece a conformação dos moradores, contribui para apaziguar as dores e fazer deles corpos produtivos, servis, mansos, colonizados. Como diz Gonçalves,

Temos um movimento endossado pelas ciências sociais que reconhece na favela uma alteridade que só lhe serve de objeto de investigação etnográfica, mas mantém um distanciamento científico. (Gonçalves, 2019, p. 17).

Temos que, na formação de profissionais de Psicologia, o modelo de atuação hegemônico além de ser inviável em termos de custos ao profissional e à maioria da população, não fazendo ressonância aos modos de vida favelados, as construções de referência teórico-metodológica se mantêm longe de operar análises pertinentes e libertárias.

É com essa breve apresentação sobre meu percurso de formação e meus questionamentos sobre o exercício da Psicologia, é que se constrói esse meu projeto de pesquisa. Minha intenção com esse estudo é a fim de abrir caminhos para uma prática profissional mais real, implicada com os desafios do presente, possível e efetiva no acolhimento e na atuação junto à população favelada.

Introdução

A pesquisa em questão visa responder minhas inquietações com a construção e o exercício da prática psicológica em territórios favelados. Baseada em meu trânsito entre a Barra da Tijuca e o Complexo da Maré, entre a vivência de moradora e a prática como profissional da Psicologia na Maré, me permito refletir sobre o encontro da Psicologia com a Favela, extraindo recortes e trabalhando colagens, fazendo arranjos com diferentes elementos, tendo a escrita da dissertação como um suporte. A colagem está presente como ferramenta, processo ou produto final em diversos campos da cultura, nas artes e na comunicação, e tem me ajudado a fazer texto.

Texto é linguagem funcional, quer dizer, linguagem que desempenha um papel em um contexto. Há o texto e há outro texto que o acompanha, o contexto, que vai além do que é dito e escrito, e inclui o não-verbal, o quadro total no qual o texto se desenvolve e onde deve ser interpretado. Um texto é feito de sentidos, é uma unidade semântica. Como tal, deve ser considerado de duas perspectivas: como produto e como processo. (BARBISAN, s/d)

Pensando a relevância dessa atuação para moradores periféricos, me questiono como fazer uma prática mais aproximada desse território, comprometida com a desnaturalização de questões que contribuem para a estigmatização da população favelada, atenta a não reduzir, com explicações psicológicas (psicologizar), expressões dos problemas sociais inerentes à condição de vida na favela. Importa aqui, fazer análises a partir de analisadores.

Os estudos sobre favelas e bairros periféricos estão crescendo e mudando a perspectiva, não mais falando sobre eles, mas sim trazendo a favela como protagonista, falando sobre si mesma. Outra mudança é que encontramos mais psicólogos atuantes em favelas e bairros periféricos, mas a pergunta permanece: Que formação e que prática têm esses sujeitos para que possam atender a essa população? Estão atentos à experiência real desse público-alvo? Estão abertos ao seu cotidiano e em ao como sua saúde mental é afetada por questões psicossociais - como a vivência da pobreza, violência, racismo, discriminação, acesso limitado a serviços e recursos primordiais de subsistência?

Penso que é necessário me comprometer com a busca por traduções, composições que se façam para tornar a *prática psi* não a reprodução de um modelo, mas um elemento vivo e vivificado no encontro com territórios que até então não eram elegíveis pela Psicologia.

Uma psicologia organicamente vinculada às pautas e à luta favelada. Uma psicologia contagiada de favela e não uma favela contaminada de Psicologia. É necessário entender a favelização da Psicologia como processo, como abertura a possibilidades de criação de novas formas de compreender fenômenos e elaborar estratégias de intervenção. (Gonçalves, 2019, p. 18).

Promover saúde de uma forma ampliada é indissociável da garantia de oferta e qualidade da alimentação, moradia, saneamento básico de água e esgoto, trabalho e renda, educação, cultura e lazer, segurança, e acesso facilitado aos serviços. Ou seja, a promoção de saúde deveria estar diretamente ligada a uma mudança radical do sistema político-econômico e cultural. Como um território vasto, habitado por uma população economicamente fragilizada, a Maré foi se constituindo na dependência de serviços e equipamentos públicos. Na atualidade, é possível o acesso à educação, assim como aos equipamentos de saúde dentro do território, porém, em sua maioria, eles se estruturam e atuam de forma muito precarizada³.

De acordo com Souza (2009), a classe desprovida de capital cultural e econômico bem como de condições sociais, morais, alimentar, saúde e educação de qualidade, é a classe pobre periférica e majoritariamente negra.

Essa classe social, que é sempre esquecida enquanto uma classe com uma gênese e um destino comum, só é percebida no debate público como um conjunto de “indivíduos” carentes ou perigosos, tratados fragmentariamente por temas de discussão superficiais, dado que nunca chegam sequer a nomear o problema real, tais como “violência”, “segurança pública”, “problema da escola pública”, “carência da saúde pública”, “combate à fome” etc. (SOUZA, 2009, p. 21).

Souza (2009) aponta que o maior conflito social e político é “o abandono social e político, “consentido por toda a sociedade”, de toda uma classe de indivíduos “precarizados” que se reproduz há gerações enquanto tal” (Souza, 2009, p. 21).

Quando o assunto é saúde mental, esses serviços são mais precários ainda. São serviços ofertados de forma pontual em equipamentos sucateados e sobrecarregados, empurrando a população para os cuidados nos projetos sociais e Terceiro Setor, com objetivos próprios e com suas limitações. A Clínica da Família depende de um Sistema Nacional de Regulação (SISREG) para encaminhar os usuários, o que torna o serviço moroso e acumulativo. Ou seja, os serviços ofertados para a saúde mental são

³ Apenas 1,6% dos moradores de favelas concluem o ensino superior. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2013/11/06/apenas-16-dos-moradores-de-favelas-chegam-ao-ensino-superior.htm?empid=copiaecola>. Acesso em:

poucos diante das demandas que chegam aos espaços institucionais da Maré através de demanda espontânea, encaminhamento de clínica da família, escolas, projetos sociais, etc. Principalmente nesse período pós pandemia da COVID-19, que tem afetado profundamente a saúde mental de toda a sociedade.

A Maré traz uma conjugação de fatores que afetam diretamente nas condições de vida da população, tais como: estruturas econômicas, sociais e políticas, resultado do processo de favelização na cidade do Rio de Janeiro.⁴

Ao invés de adotar uma abordagem tradicional, será necessário trabalhar com uma Psicologia que esteja atenta às singularidades do local, que reconheça e fortaleça os recursos internos, visando uma abordagem mais inclusiva e colaborativa. Que possa estar presente na construção de mudanças significativas, reconhecendo, valorizando, fortalecendo e viabilizando direitos, ao invés de cooperar com sua violação. A população periférica enfrenta várias violações de direitos e é importante que sejam implementadas, políticas e programas que abordem essas vivências promovendo o bem-estar dessas pessoas.

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. (Constituição Federal, 1988).

A partir desta narrativa, esta pesquisa apresenta como objetivo promover reflexões sobre práticas psicológicas em territórios favelados, através de minhas vivências enquanto moradora e psicóloga atuante no Complexo da Maré. Faço uso deste ponto de partida para retratar a vivência em espaço favelado e como ela afeta a prática do profissional de Psicologia e sua na militância. É uma pesquisa que tem por finalidade questionar a formação acadêmica oferecida pelas universidades aos profissionais de Psicologia, pensando as diferenças entre públicas e privadas, pensando o que é possível fazer para atuar nestes diferentes espaços. Sem fugir de elaborar meios propositivos para atender as demandas faveladas de forma qualitativa e acessível, ampliando o alcance do serviço psicossocial.

⁴ A favelização é um termo que designa o surgimento e crescimento das favelas nas cidades, sendo a expressão das desigualdades socioespaciais presentes nos centros urbanos. As causas da ampliação das moradias construídas em áreas de risco, sem acesso a serviços básicos e infraestrutura urbana, são várias, entre as quais estão a industrialização e a modernização do campo, que provocaram um intenso êxodo rural e a consequente urbanização rápida e desordenada, com aumento expressivo da pobreza urbana. (podcast: Favelização e segregação, 2023).

Reconhecendo a relevância da formação para a Psicologia e para este estudo em contexto de favela, quero pensar no que ela possibilita enquanto construção significativa e ativa de conhecimentos sensíveis intervenções, proponho dialogar a partir de escrevivências tecidas pelo cotidiano. Nesse sentido, recortes autobiográficos, artefatos imagéticos e colagens relacionais podem perfazer a historicidade de corpos como o meu da região da Maré.

Com base em algumas contribuições de pesquisadoras e teóricas como Conceição Evaristo, Giovana Xavier, Carolina Maria de Jesus, Lélia Gonzales, Milton Santos e outros, bem como, nas minhas vivências pessoais e profissionais com pesquisas de diários de campo, busco tecer esta pesquisa. Para discorrer sobre a mesma, penso em três capítulos: no **Capítulo 1: A MARÉ SOBE, A MARÉ DESCE...** movimentos (histórias, conquistas, desafios, potencialidades, contextualizando o território); **Capítulo 2: APONTAMENTOS PARA CONTEXTUALIZAÇÃO DAS PRÁTICAS E CRIAÇÃO DE POSSÍVEIS** (Psicologia Social em espaços de periferia, vivências de uma moradora, uma psicóloga do Complexo da Maré, numa prática *psi* implicada); **Capítulo 3: A ANÁLISE A PARTIR DE ANALISADORES** - fazendo trilhas para criar possíveis (religião, medicação).

CAPÍTULO 1: A MARÉ SOBE, A MARÉ DESCE... movimentos histórias, conquistas, desafios, potencialidades

1.1 - (Des)Territorializações

Começo aqui apresentando o território, lugar este de movimento e de grandes transformações, lugar de forças e fraquezas, militâncias, histórias, múltiplo, diverso. Dessa forma, Milton Santos (1985) elucida acerca do território ao dizer:

O território é formado por frações funcionais diversas. Sua funcionalidade depende de demandas de vários níveis, desde o local até o mundial. A articulação entre as diversas frações do território se opera exatamente através dos fluxos que são criados em funções das atividades, da população e da herança espacial. [...] Mas é preciso não esquecer que a unidade espacial do trabalho é, aqui, o que se convencionou a chamar de região produtiva. Defini-la, pois, vai exigir o reconhecimento das suas relações internas e externas mais importantes. Na verdade, aliás, relações internas e relações externas não são independentes. (Santos, 1985, p.96)

Correlacionando a região em que se encontra hoje o Complexo da Maré, antes de existir a mesma, era um conjunto de ilhas que foram habitadas por pescadores por longos anos.

A História da Maré baseada em seus dados geográficos e populacionais, a coloca entre os territórios mais significativos da cidade. Pensar o Rio de Janeiro é, necessariamente, pensar nas favelas e em nosso caso, é pensar na complexidade que é a Maré e pensar com a favela. Ela é a marca das nossas contradições como sociedade, pois de um lado encerra em si a expressão de nossas desigualdades mas, ao mesmo tempo, abre enormes possibilidades de mudança ao se estudar e conhecer suas enormes potencialidades.

Em Santos (2002), o conceito de espaço geográfico é compreendido como um agrupamento inerente de sistemas de objetos e sistemas de ações.

[...] esse conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, assim como estamos propondo, permite, a um só tempo, trabalhar o resultado, mas a partir de conceitos susceptíveis de um tratamento analítico que, através de suas características próprias, dê conta da multiplicidade e da diversidade de situações e de processos. (Santos, 2002, p.64).

É também conhecida e marcada por uma realidade tecida por situações de exclusão social e violação de direitos básicos e cidadania, fator que interfere

diretamente nas condições de vida e de saúde das famílias que moram neste local. É fruto também das lutas dos moradores contra a remoção por parte das forças militares e dos governos, assim como das lutas por direitos, principalmente o direito à moradia e a cidade. As primeiras favelas do Brasil surgiram no Século XIX, período pós-escravatura. Nos anos de 1880, inicia-se às ocupações populares (construções irregulares de moradias, outrora, próximas aos grandes centros industriais), conhecidas como cortiços, o mais popular denominava-se cabeça de porco. Enquanto, na Maré, o processo de construção das primeiras moradias datam de 1940 (período do Estado Novo), as primeiras casas foram construídas suspensas sobre lama e água, pois no início da construção da Maré não havia infraestrutura para acomodar as pessoas. O que contribuiu para que a Maré fosse percebida como um local miserável, violento e destituído de condições dignas de vida. Os moradores na década de 1980, são transferidos das palafitas para vilas habitacionais e para os conjuntos populares da COHAB, financiados pelo Governo Federal. Segue abaixo algumas ilustrações das casas de palafitas.



Fonte:

O Complexo da Maré é um aglomerado de 16 favelas na Zona Norte do Rio, cercado pelas principais vias expressas, Avenida Brasil, Linha Amarela e Linha Vermelha. A Maré não é simplesmente uma favela, mas o que se denomina um complexo de favelas, onde há várias comunidades agrupadas, uma quase-cidade informal (Varella; Bertazzo; Jacques, 2002). As favelas da cidade do Rio de Janeiro possuem mais de 1,6 milhões de habitantes - 140 mil deles vivendo na Maré segundo dados do Censo Maré 2010 (Redes, 2014) – logo, pensar nesta cidade é também

subúrbios. Vários projetos industriais foram introduzidos na região ampliando a oferta de trabalho para os moradores locais. No entanto, o crescimento da população foi maior que a demanda. Tornando-se um espaço permanente de moradia, após o Projeto Rio que data do período pós Ditadura Militar (1979), não ter força o suficiente para remover os moradores desse local. Com isso, as palafitas foram extintas e os moradores foram movidos para os complexos habitacionais em outros aterros próximos. O que levou esses moradores a reivindicarem por melhorias e seguir lutando e resistindo para que fossem feitas novas moradias, além da oferta de serviços a toda população mareense.

Essas lutas precisavam de um líder, alguém que articulasse politicamente representando os moradores. Para isso se fazia necessário a construção de um espaço de militância. Ou seja, as Associações de Moradores⁵, a fim de que cada comunidade da Maré tivesse voz. Logo, foram implementadas diversas Associações de Moradores pelos territórios. Cada liderança era eleita pela comunidade de referência pelos próprios moradores. Conceituando, as Associações dos Moradores, enquanto espaços de civis com ideologias de cunho político.

Com as articulações desses líderes junto aos moradores, uma espécie de movimento social, os serviços começaram a chegar na Maré. A princípio com a educação, através das escolas de primeiro segmento. Uma grande conquista para o território. Enfatizando que a construção de escolas na Maré não se deu porque o Estado é “bonzinho”, mas através de lutas e reivindicações de toda a comunidade favelada na representação de alguns grupos, como moradores, lideranças e instituições locais. Lembrando que o acesso à educação é um direito constitucional, conforme consta em seu Art. 6º:

São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (Brasil, 1998).

Na atualidade, infelizmente as Associações de Moradores, foram perdendo essa intervenção política, se tornando muito mais um espaço de prestação de serviço

⁵ É uma entidade voltada e direcionada para ações sociais e não deve ser confundida com condomínio. É uma entidade civil sem fins econômicos com a finalidade comum de buscar a defesa de determinados interesses, sem ter o lucro como objetivo. Toda a renda obtida de suas atividades deve ser revertida para o cumprimento dos seus objetivos previstos no estatuto. A legislação que trata de associações é, como regra geral, a Lei nº10.406/02 do Código Civil vigente, do art. 53 ao art.61. “Art. 53 – *Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos.*”

para comunidade, porém nem sempre de forma gratuita.

Hoje a Maré conta com quarenta e quatro escolas de Ensino Fundamental (incluindo creches, Espaço de Desenvolvimento Infantil (EDIs) e Educação de Jovens e Adultos (EJA)) e duas escolas de Ensino Médio, sendo uma de nível técnico, um órgão da Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb), uma unidade administrativa da Companhia de Água e Esgoto (Águas do Rio), uma Região Administrativa XXX^a RA, três Centros Municipais de Saúde (CMS), unidades de saúde administradas em parceria com a Prefeitura, entre elas uma localizada no Conjunto Marcílio Dias, seis Postos Médicos, quatro Clínicas da Família, uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) 24h. As unidades de saúde estão inseridas no território e atendem às dezesseis comunidades da Maré, a partir da localização territorial de moradia.

1.3 - Desafios da/na Maré segurança pública, serviços de saúde e saúde mental, coleta de lixo, áreas de lazer, afastamento do espaço escolar e saneamento básico

O maior desafio na atualidade da Maré tem sido a atuação repressiva e coercitiva do Estado na representatividade da polícia, com os excessos de incursões policiais que afetam toda a rotina dos moradores e profissionais inseridos neste espaço. Pois, com as incursões que não tem dia e nem hora para acontecer, diversas atividades designadas para o movimento do dia a dia do território precisam ser repensadas e/ou suspensas. Outro desafio no quesito segurança pública⁴ tem sido a ostentação e proliferação dos grupos armados em diversos espaços de acesso à circulação dos moradores pelo território, principalmente para nossas crianças que testemunham os mais diversos tipos de violência. A segurança pública é um direito que deveria ser garantido a todos os cidadãos, porém na prática não é o que se tem visto.

⁴Implica que os cidadãos de uma mesma região possam conviver em harmonia, onde cada um respeita os direitos individuais do outro. O Estado é o que garante a segurança pública e o máximo responsável na hora de evitar as alterações da ordem social.

As violências que atravessam os moradores da Maré faz com que cada vez mais se expanda o número de pessoas que procuram pelos serviços de saúde e principalmente a saúde mental que é o foco desta pesquisa. São sequelas, por vezes irreparáveis, principalmente para a população infantil. Muitas delas apresentam demandas de sofrimento ocasionadas por esses conflitos de violência armada. Porque moram nesse lugar, no qual os conflitos ocorrem de forma recorrente. Às vezes sofrem também violação de direitos dos grupos armados locais que impõem regras e penalidades aos moradores. Há um excesso de violações.

Quanto aos serviços de saúde, além de não serem efetivos, quando ofertados são de forma precária. Devido a falta de material de insumos e/ou materiais humanos. Enfatizando que os poucos profissionais atuantes nem sempre conseguem responder efetivamente a demanda dos usuários. Visto que não conseguem acolher, porque também precisam ser acolhidos. No quesito saúde mental⁵ a situação é mais difícil ainda, pois os serviços no território quando acontecem é de forma pontual, por vezes ofertados pelas organizações não governamentais locais, devido a superlotação e precariedade da rede.

Existe um equipamento de coleta de lixo muito próximo às residências, o que desencadeia em infestações de ratos e junto a este diversas doenças para os moradores locais. Não há um posto de reciclagem de separação do lixo, o que evidencia também um grande risco de contaminação não apenas em relação aos moradores, mas também na relação dos trabalhadores que conduzem este material tanto o orgânico, quanto o inorgânico.

A precariedade e a quase inexistência de espaços de lazer é outro desafio. Visto que por vezes as praças construídas foram ocupadas por moradias e/ou espaços comerciais. Restando às crianças o espaço da rua que não é seguro, devido a movimentação constante de veículos, por vezes em alta velocidade pelo território.

⁵De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), a Saúde Mental pode ser considerada um estado de bem-estar vivido pelo indivíduo, que possibilita o desenvolvimento de suas habilidades pessoais para responder aos desafios da vida e contribuir com a comunidade.

Outra problemática é a cada dia a observação de novas casas sendo construídas e erguidas de forma irregular, sem qualquer infraestrutura. E não existe qualquer projeto de saneamento básico, os encanamentos, as instalações de água e energia são as mesmas desde a década de 1990, com a construção da Linha Vermelha (linha expressa). Existe apenas um espaço para despejo de todo o lixo produzido pelos moradores da Maré.

Essa escrita também foi atravessada por uma onda de calor, onde vivenciamos uma sensação térmica de mais de 40° (quarenta graus). Devido ao aumento do número de casas e aquisições de eletrônicos e eletrodomésticos, vários postes e transformadores pegaram fogo, prejudicando o fornecimento de energia elétrica, de internet e principalmente de água.

Outro problema infelizmente recorrente com o qual os moradores da Maré precisam lidar é a negligência das concessionárias de serviços públicos, como água e luz, direitos sociais básicos. Apesar de impactarem os moradores negativamente o ano todo, os problemas causados pela falta de serviço da Águas do Rio e da Light sempre se agravam no verão, quando faz mais calor e quando mais pessoas estão de férias (<https://rioonwatch.org.br/?p=66377>).

Diante de todos esses desafios ainda temos o afastamento do espaço escolar gerado por diversos fatores como: a concentração de escola em determinadas comunidades e a ausência de alguns níveis de ensino em outras, sem falar é claro das interrupções escolares causadas pelas frequentes incursões policiais, a falta de água ou de energia, dentre outros fatores. Além dessas desmotivações, ainda há desafios como a dificuldade no aprendizado e/ou necessidade de trabalhar para auxiliar ou se responsabilizar pelo sustento da casa.

Enfim, são diversos direitos sendo violados ou ofertados de forma precária, quando a Constituição nos ampara legalmente do contrário. Souza (2018) fala que:

A legitimação pela “inteligência” é um dado necessário para a violência simbólica de um tipo de dominação social que tem que legitimar os próprios privilégios por uma espécie de “talento inato”, a “inteligência” das classes superiores, que “merecem” – a definição cabal da “meritocracia” –, portanto, os privilégios que efetivamente possuem [...] a violência simbólica bem-feita tem que mostrar que as classes dominantes são, além de mais inteligentes, “melhores” e mais “virtuosas”. (Souza, 2018, p. 95).

Sendo assim, este é o retrato da violência que coloca a população mareense às margens da sociedade.

1.3.1- Algumas Estratégias de Enfrentamento aos Desafios de Insegurança Pública da Maré

Como forma de autoproteção e a partir das orientações do Plantão do Maré de Direitos⁶, os moradores da Maré têm se resguardado através de algumas ferramentas de comunicação para a divulgação e informações de situação de violência na Maré, bem como efetuado as denúncias em caso de violação de direito na representação da polícia, enquanto instrumento do Estado. São utilizados grupos de segurança no WhatsApp, facebook (Maré Vive e Maré não Vive), e Instagram para adquirirmos informações sobre as operações no território. Enquanto, as unidades de saúde e educação desenvolveram seus protocolos de segurança, utilizando o Programa Acesso Mais Seguro (MAS), que foi desenvolvido pela Cruz Vermelha com a intenção de diminuir as consequências da violência armada para os profissionais e para a população atendida. Esse acesso utiliza cores (verde, amarelo e vermelho) para indicar a classificação de risco e elabora medidas práticas de proteção que incluem a paralisação total ou parcial das atividades. As informações sobre a questão da segurança na Maré no quesito cotidiano estão disponíveis para os moradores e também para os trabalhadores da mesma, assim como para toda a população que busque informações através das mídias sociais. Pois, as informações são abertas a todos e, não restrita apenas a Maré.

Diversas pessoas que necessitam circular pelo território, jovens moradores, usuários de serviços, profissionais de saúde, durante as operações temem por suas vidas, considerando que há possibilidade de serem confundidos com bandidos e punidos ou mortos. Para Mbembe (2017), esse problema é a administração de uma sociedade da inimizade, baseada na manutenção de uma política de guerra: “[...] uma política de Estado que, distinguindo claramente os seus cidadãos (os que pertencem ao círculo dos semelhantes) de outras pessoas, afasta resolutamente todos os não-semelhantes” (MBEMBE, 2017, P. 73).

Além de todas as violações expostas, ainda existe a violação dos patrimônios público e privado que se caracteriza pelos buracos nas casas, nos veículos, danos visíveis em estrutura das unidades de saúde, vidraças quebradas, tudo relativo à violência armada. A arquitetura de algumas unidades de serviço como: escolas, clínicas da família, instituições não governamentais e etc são bastantes frágeis. Pois, são formadas por estruturas

⁶O projeto Maré de Direitos visa ampliar o acesso a direitos e desenvolver modelos de boas práticas de atendimentos gratuitos à população da Maré, interferindo nas práticas sociais dos órgãos de justiça. Por meio de atendimento sócio jurídico e psicossocial, o projeto oferece aos mareenses acolhimento e orientações sobre demandas cotidianas, acesso a direitos e situações de violência.

e containers e com paredes de drywall, o que as deixam extremamente vulneráveis, assim como a todos – trabalhadores e usuários - em perigo. Os profissionais, quando em atividades externas, ficam em situação de risco ainda maior.

Enquanto moradora e profissional, sou prejudicada no traslado entre meu domicílio e a unidade onde trabalho, considerando que resido e trabalho nas extremidades opostas da Maré. Também tenho dificuldades no deslocamento para a Universidade Federal Fluminense (UFF), no exercício do próprio trabalho, entre outras coisas simples como ir ao mercado e praticar atividade física. Pois, me percebo atrelada a um sentimento de tristeza, medo, crises de ansiedade, insegurança, estresse, indignação e revolta, impotência e invisibilidade, diante de tudo que vivencio e testemunho na escuta de moradores, usuárias/os dos serviços.

O risco de morte é elevado, assim como as mortes já ocorridas têm grande impacto na saúde mental da população. Principalmente para a autora, que entende essa situação como um caso de injustiça social. Na qual, o território, assim como seus moradores e profissionais estão expostos. Há uma preocupação constante com a própria integridade física e com a de pessoas próximas, familiares, amigos e conhecidos. Todas essas ações arbitrárias ferem nosso direito Constitucional, que em seu Art. 5º diz:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. (Brasil,1998).

As favelas são vistas e estigmatizadas pela sociedade como um lugar destituído de qualquer serviço e propenso a todos os tipos de violências. Sendo assim, o Estado na representação da polícia intervém nesses espaços de forma totalmente diferenciada dos outros espaços da cidade. Ou seja, com uma atuação repressora e violadora de direitos. Reafirmando que para aqueles que vivem à margem ou invisibilizados pela sociedade se faz necessário a contenção por meio da força e da violência. Com o retrocesso vivido em tempos de Ditadura, na qual afirmava que para os desviantes e a margem cabiam-lhes somente um caso de polícia, e não política.

Nos dias posteriores às operações policiais vive-se uma constante expectativa de que uma nova ação possa acontecer e isso desestabiliza os moradores e profissionais que atuam nesse espaço. Pois, há um permanente estado de vigilância e alerta, de como lidar ou agir diante do “inesperado” gerando insegurança e vulnerabilidade. Esses sinais de alerta desperta nos moradores alguns transtornos mentais e emocionais que por vezes precisam recorrer ao serviço de saúde mental para serem assistidos. No entanto, a Maré, assim como tantos outros espaços ofertados pelo SUS possuem uma precarização desses serviços. Com isso, sem assistência, as patologias são agravadas, o que pode se perpetuar por vários dias e atrapalhar o curso dos tratamentos já iniciados. (Importante colocar dados dessa afirmativa)

A população mareense, assim como outras favelas cariocas, necessitam também de garantias de acesso efetivo e de qualidade aos direitos de cidadania, sendo o território marcado por profundas desigualdades sociais e econômicas. Retomando a epígrafe da pesquisa com a canção dos Paralamas do Sucesso (1980): “O sol da manhã vem e lhes desafia”. Todas as manhãs ao acordarmos, imaginamos que será um dia “normal”, dia de trabalhar, de ir à escola, frequentar a feira, ir ao médico, passear... Mas em muitos momentos o barulho do helicóptero de forma estridente, causa pavor, medo e mudanças de planos. É o momento de reclusão, de se proteger, pois está tendo operação policial. É preciso ter fé, mas fé de que? Se muitos nem a sua fé conseguem exercer. Diversos questionamentos são feitos mediante as diversas violações sofridas pelo povo favelado.

1.4 - Potencialidades da/na Maré organizações não governamentais e demais serviços

A população mareense ao longo das inúmeras violências e dificuldades enfrentadas, foram se organizando e construindo uma forte atuação de ativismo e auto-organização com o objetivo de melhorias sociais locais. E de fato várias conquistas, inovações e benefícios foram alcançados no decorrer dessa história.

As potencialidades apresentadas pela Maré expõe um leque de possibilidades. A começar pela própria localização, pois a Maré está situada

entre as principais vias expressa da cidade do Rio de Janeiro. O que facilita a circulação por todos os espaços da cidade sem restrição, ou seja, mobilidade.

O centro comercial da Maré é riquíssimo oferecendo oportunidades de trabalho para os moradores locais e com visibilidade para além da favela. Recentemente a comunidade do Parque União foi apresentada como um grande polo gastronômico recebendo pessoas de todos os lugares, trazendo uma visibilidade positiva para a Maré e gerando renda para a mesma. Temos uma feira livre que pode ser considerada patrimônio histórico, a feira da Rua Teixeira Ribeiro, pelo tempo de permanência no mesmo local e também por atrair pessoas de diversos lugares, além da possibilidade em ofertar diversos tipos de produtos, desde o gênero alimentício, vestuário, dentre outros.

Os bailes da Nova Holanda e Vila do João, mas conhecidos como N.H e VJ, atraem diversas pessoas de outros lugares da cidade e mantêm a cultura local por décadas.

Quanto aos serviços ofertados na Maré são muitos, apesar da precariedade de alguns. Temos uma Vila Olímpica que apesar da má administração do Estado, desde sua inauguração nunca fechou as portas, embora as suas atividades tenham sido reduzidas por um tempo. Período anterior a pandemia por falta de repasse de verbas para pagar aos educadores.

Temos no “quintal” da Maré uma unidade da Universidade Federal do Rio de Janeiro com possibilidades em alguns espaços de acesso e o diálogo com a comunidade. Além de um Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) que capacita e prepara os alunos profissionalmente através dos serviços ofertados. Sem contar que estamos bem próximos da maior referência de estudo e pesquisa na área da saúde que é a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ).

Temos também um espaço cultural riquíssimo com um museu, o nosso Museu da Maré permanente que narra toda a história da Maré desde a sua origem. Além de um Centro de Artes que oferece serviços como: dança, teatro, dentre outros serviços. Pré-vestibular comunitário, Lona Cultural, bibliotecas, um centro de pesquisa e estudo e ensino de registros fotográficos no passo a passo (Observatório de Favelas).

A Maré possui muitas Organizações Não Governamentais - ONGs, com papel relevante no território. São mantidas em sua maioria através de leis de incentivo ou apoio da própria sociedade civil.

Essas ONG's ofertam serviços e buscam participar na construção de políticas públicas e dialogar com o Estado, a fim de que o mesmo possa investir também em espaços favelados, temos vários serviços oferecidos pelas organizações junto à comunidade que são: esportes, desenvolvimento pessoal e social, Fórum, espaços de cidadania para o público LGBTQIAPN+, espaços de proteção para mulheres que sofrem violência, empregabilidade, reforço escolar, projetos voltado para o aprendizado de novas habilidades pessoais, qualificação profissional, coleta de dados sobre indicadores e geradores de documentos que possibilitem uma intervenção de melhoria, serviço jurídico, apoio psicossocial. Essas potencialidades visam melhorar a qualidade de vida dos moradores e viabilizar direitos.

Percebendo que esses espaços são fundamentais para fortalecer a comunidade e promover o protagonismo da mesma junto ao Estado. Entendendo as políticas públicas na definição de Dimenstein como:

(...) respostas a determinados problemas sociais. São formuladas a partir das demandas e tensões geradas na nossa sociedade. Logo, elas são estratégias de regulação de relações sociais. Essas estratégias se institucionalizam por meio de ações, de programas, de projetos, de regulamentações, de leis, de normas, que o Estado desenvolve para administrar de maneira mais equitativa os diferentes interesses sociais. Isso indica que as políticas públicas são criadas porque igualmente é criada uma demanda de proteção social” (Dimenstein, 2011, p. 119 apud Teles et al., 2019, p. 1019).

Pensar e efetivar políticas públicas para a população favelada deve ser algo urgente, diante de todas as questões que têm sido mobilizadas nessa pesquisa.

CAPÍTULO 2: APONTAMENTOS PARA CONTEXTUALIZAÇÃO DAS PRÁTICAS E CRIAÇÃO DE POSSÍVEIS

2.1 - A Construção de uma Psicologia Social em Espaços de Periferia breve histórico, compromisso social, análise das práticas

[Aqui será importante trazer mudanças nas práticas *psi* que propõem se afastar da hegemonia do atendimento clínico individual, se voltando à atuação de profissionais de Psicologia em comunidades, com grupos e dando importância ao contexto sócio-político-econômico. Também dialogar com análises que problematizam a Psicologia Comunitária, a partir de contribuições da Psicologia Crítica Latinoamericana e dos Estudos da Subjetividade (micropolítica e microfísica)]

A Psicologia desde a sua consolidação vem apresentando mudanças da sua prática. Um dos meus questionamentos é pensar quais eram as pessoas que tinham acesso à Psicologia e onde isso se efetivou. Importante ressaltar que a Psicologia Social pode se apresentar como uma especialidade, um campo de interseção entre a Psicologia e a Sociologia.

Aqui no Brasil, além de ser uma matéria que faz parte do conteúdo programático da graduação de Psicologia, é um ramo do qual o (a) psicólogo (a) pode se aprofundar e seguir na atuação profissional. Neste âmbito, o profissional de Psicologia irá estudar a interação entre o sujeito os diferentes grupos sociais e sociedades. Dentro da Psicologia Social há vertentes como Psicologia Social Psicológica; Psicologia Social Sociológica e Psicologia Social Crítica. Contudo, para este estudo não será atentado para aprofundamento destas, apenas uma breve contextualização do que se refere a Psicologia Social.

A Psicologia Social enfatiza que o comportamento do humano individual, se modifica quando se encontra em coletivo, em comunidade. Deste modo, o espaço que o mesmo ocupa influencia sua forma de se relacionar com o mundo, consigo mesmo e com aqueles e o que está envolta.

Para pensar a relação entre Psicologia e Políticas Públicas (modo mais frequente da entrada de profissionais nas favelas), é importante a consideração do contexto e, nela, as dimensões micro e macropolítica. Que território é esse no qual piso, faço presença e trago questões que penso relevantes e que inferem diretamente no modo de cuidado desses corpos~territórios?!

A micropolítica nos dá acesso aos modos de contornar a realidade a partir de um lugar, no qual se produzem afetos, desejos, potências. Ela viabiliza analisar corpos, endereços, objetos, saberes, em processo, sob uma perspectiva de produção de realidade em meio às relações de poder. Enquanto, a macropolítica denota o que ganha forma por meio de código e sobrecodificação, fala das formas, das configurações estabelecidas podendo atuar tanto para oprimir, tanto para representar novas conexões. Aguiar et al. (2006) aponta que:

O que a abordagem micropolítica nos sugere é a problematização dessa relação interesse-desejo-poder a partir do rastreamento de lutas específicas, de um exercício de acoplamento das teorias e memórias locais. Entendemos que é daí, desses nossos lugares, que podemos produzir outras análises, movimentos e demandas e perguntarmos: o que queremos transformar? (Aguiar; Rocha, 2006, p. 15)

Desse modo, cabe ressaltar que,

Tal proposta se afirma, tanto no sentido de resolver questões concernentes aos problemas de ajustamento das populações marginais, trabalhar as crises nas relações de trabalho e aliviar tensões em situações problemáticas, quanto no sentido de desenvolver as ciências sociais, através de ações concretas na realidade, refletindo criticamente e avaliando seus resultados. (Aguiar; Rocha, 2003, p. 2)

Sendo assim, é algo imprescindível para possibilitar mudanças efetivas nestes espaços que se situam à margem na sociedade a partir de suas potências. bem como no corpo profissional da Psicologia novas práticas, políticas públicas, interesses políticos e coletivos que se atentem e busquem construir caminhos para a melhoria das condições de viver das pessoas nomeadas “em vulnerabilidade estrutural, física, emocional, acesso, cultural...” Deste modo, ampliar o entendimento sobre o que se define como saúde, a potencialidade da saúde individual e coletiva, criar estratégias e promover ações transformadoras na Psicologia, no quesito cuidado e atendimento humanizado, pode influenciar diretamente nos processos formativos, na produção de subjetividades, intrínsecos e extrínsecos ao sujeito e ao entorno.

[Desenvolver]

2.2 - Vivências de uma moradora do Complexo da Maré (eu moradora)

Cria e moradora do complexo da Maré, mais precisamente da Nova Holanda e Vila do João, esta última foi fundada em 1982. Sempre usufrui dos equipamentos que o território possuía, tanto públicos quanto privados. Pessoas, lugares, atividades, organizações, serviços que me apoiaram e fazem parte da minha rede de afetos dentro

desse território.

Enquanto pertencente a este lugar, acompanhei de perto várias transformações do mesmo. Usufrui de quase todos os recursos e dispositivos que o território pode me oferecer, educação, equipamentos de saúde, boa parte da minha formação e qualificação se deu através de projetos sociais, que me ajudaram a acessar espaços que até então eram inalcançáveis.

Tive a oportunidade de trabalhar no Museu da Maré, como recepcionista e pude ter contato com outras culturas, realidades e universitários brasileiros e estrangeiros, que me fizeram despertar o desejo de sair dos muros da Maré e acessar alguma universidade que pudesse gerar uma formação e ser relevante no território. Foi aí que surgiu o desejo de fazer pré-vestibular comunitário, com professores qualificados e curiosamente, alguns oriundos da própria Maré.

[Continuar a escrever esta pesquisa foi um processo angustiante pois, rememorar o vivenciar de tantas violências fez com que o sofrimento me travasse e gerasse angústia, medo, preocupações.]

Minhas manhãs nesses dias de operação foram iniciadas ao som do helicóptero e carros blindados (“caveirão”), foi deferida uma norma estabelecida pela Ação de descumprimento de Preceito Fundamental 635 (ADPF), pelo Supremo Tribunal Federal, que fala sobre o uso do helicóptero blindado, proibindo essa prática nas operações policiais do RJ, assim como o distanciamento do perímetro das unidades escolares e a presença de ambulâncias para socorro às vítimas. Essas recomendações, que poderiam parecer evidentes no processo dessas operações policiais, foram descumpridas.

Observo as dificuldades de acesso e de atendimento efetivo de moradores nos equipamentos públicos, as redes de solidariedade e apoio mútuo, o crescimento da presença das igrejas em todo o território.

[Desenvolver]

2.3 - Práticas de uma psicóloga do Complexo da Maré (eu psicóloga)

Retornando ao dia da entrega da carteira de credenciamento da Psicologia de forma bem saudosa, na sede do CRP-RJ, me lembro do misto de sentimentos que me invadiram e um dos que se destacaram foi a preocupação em como utilizar agora uma grande bagagem de conhecimento e teorias no processo da prática e mais em território favelado.

E então já no território em 2017, enquanto profissional formada e habilitada, já com a aquisição da carteira do Conselho Regional de Psicologia (CRP), Percebi que não tinha espaço de atuação como um de consultório mobiliado, decorado como era a proposta ao sair da faculdade. Sendo assim, minha primeira iniciativa foi articular com alguns espaços que já desenvolviam algumas ações e oferecer uma parceria para o suporte psicológico.

Retorno ao terceiro setor agora como voluntária na ONG “Grupo Cultural Artístico Segmentos”, situado na Vila do João. Foi nesse espaço, em uma sala improvisada, que comecei a atuar como profissional de Psicologia, desejando ampliar o acesso à psicoterapia e a cada atendimento ia percebendo ainda mais a importância do cuidado com a saúde mental, o desejo era que esse serviço fosse acessível não apenas a públicos privilegiados, mas também aos moradores da Maré.

Em busca de um maior aprofundamento profissional, busquei a especialização em Promoção da Saúde e Desenvolvimento Social na Fundação Oswaldo Cruz. Participei tanto de cursos de extensão da Fundação, como da pesquisa “Conflitos armados e saúde - investigando os sentidos e os impactos da violência entre moradores e trabalhadores da saúde e da educação em Manguinhos/Rio de Janeiro/RJ – estudo de caso”, coordenadas pela Dra. Fernanda Mendes Lages Ribeiro, no departamento Claves – ENSP – Fiocruz.

Atuar na favela, sendo profissional liberal, oriunda de uma universidade privada que traz formação baseada em práticas voltadas para um público não periférico e com abordagem eurocêntrica, foi e segue sendo um desafio a ser enfrentado diante das demandas cotidianas nos territórios. Como esses profissionais com formações tão específicas, voltada para uma psicologia clínica atuam na interseção entre o ideal e o real? Como esse campo favelado afeta as práticas? Como fica a saúde mental daqueles que cuidam desse público-alvo? O que é possível construir como estratégia de cuidado coletivo com esses espaços, essa população e esses profissionais? Observo a medicalização tomando conta dos modos de cuidar e de se auto-cuidar.

[Desenvolver]

2.4 – Verbos a conjugar numa prática *psi* implicada.

[Os verbos no infinitivo terminam em -ar, -er, -ir. O infinitivo não está relacionado com nenhum modo ou tempo verbal. É uma das formas nominais do verbo, podendo desempenhar a função de um verbo ou a função de um nome.]

Desarrumar as formas habituais de pensar, pode trazer surpresa,

inquietação e abertura ao infinito, ao inacabado, infinitas formas, movimento permanente, que nunca esgota suas virtualidades potenciais.

Menos chegar à resposta-solução e mais afirmar a potência da problematização, expandir universos de referência. Con-viver na diferença, incluir os conflitos, as tensões como matéria de análise.]

Criticar/Criar – considerar as análises das práticas *psi*, seus efeitos e perspectiva da criação de possíveis

Aterrorar – considerar contextos, condições determinadas como ponto de partida

Desindividualizar – considerar que o deslocamento para o social pode não ser abandono da individualização

Transversalizar – considerar os limites/limitações das disciplinas e efeitos dos espacialismos

Subjetivar – considerar as concepções de subjetividade que aparecem nas práticas *psi* atuantes nas periferias

CAPÍTULO 3: A ANÁLISE A PARTIR DE ANALISADORES - fazendo trilhas para criar possíveis

[Analisador – acontecimento que traz à cena as diferentes redes de práticas atuantes em determinado grupo, organização, comunidade ou sociedade.

A religião e a medicalização aparecem como dois fortes analisadores das condições e dos modos de vida que se impõem (subjettivações) no território.

André Martins(2008), trabalha a religião e a tecnologia médica (medicação/fármacos) como soluções mágicas.]

3.1. O analisador Religião

desempenho das Igrejas locais junto à comunidade, acolhimentos, sociabilidade, apoios, soluções mágicas

O Complexo da Maré, possui muitas igrejas, seja de ordem católica, seja de ordem protestante e, elas também impactam de forma direta ou indireta na vida dos moradores.

A prática religiosa gera sensação de pertencimento e proteção. A fé ajuda as pessoas a lidarem com as adversidades que o território enfrenta. Quando um corpo é acolhido, bem-recebido, bem-visto, transformações acontecem no sujeito que vive em situação de vulnerabilidade social, posto que, se sentem convidados a receber e compartilhar suas angústias, dificuldades, idealizações e até mesmo criações de projetos profissionais. Por meio de ações, trabalhos, projetos, e estando em *COMUMunidade*. Comungando de um mesmo espaço com pessoas que partilham amor, fé, coragem e proteção.

Entretanto, por vezes se torna um espaço passível de preconceitos e enrijecidos quanto a importância da procura de uma profissional de Psicologia para atender melhor e orientar com base em fundamentos e intervenções próprias das quais cabem ao profissional da Terapia Psicológica. Pois este, irá analisar e tratar as questões internas que refletem no comportamento do sujeito com a aplicação de métodos validados e reconhecidos enquanto ciência. A terapia psicológica possibilita ao sujeito trabalhar, melhorar, superar situações difíceis com a identificação de traumas, medos, frustrações, melancolia, dor existencial, dentre outros sentimentos que possam alarmar o estado de presença e afetar negativamente a qualidade de vida da pessoa.

Desse modo, a terapia psicológica não deve ser substituída por encontros religiosos e ou líderes religiosos, pois se trata de uma prática científica da qual resguarda conceitos, fundamentos e bases próprias que sustentam intervenções que demandaram anos de estudo e que se restringe ao profissional que irá oportunizar melhor direcionamento e cuidado clínico atento a aspectos dos quais líderes religiosos não alcançam e não deveriam atuar. Não se trata de negar ou deixar de lado a fé caso o sujeito faça parte de alguma específica, mas que ela não seja substituída pela Terapia Psicológica como se fosse exclusiva e a única que solucionaria e daria conta de resolver os problemas.

Porém há um limiar que deve ser estabelecido entre a fé e a saúde, pois, até determinado ponto ela pode ir e colaborar, mas outros pontos específicos, somente com a terapia psicológica os eventos discorrem de forma congruente e que, portanto, deve recorrê-la.

3.2 – O analisador Medicação desempenho de profissionais, prescrições, alívio, eliminar sintomas, medicalização, soluções mágicas

Na Maré existem grupos sociais muitos expostos à violência, em decorrência de uma estrutura onde permeia uma produção e reprodução das desigualdades, como as relações de raças, gênero, sexualidade, mobilidade e psíquica. A sociedade civil, grupos coletivos, juntamente com representantes, lideranças locais, buscam estratégias, frente a essas violências para garantir o direito à vida e apontar caminhos para a construção de políticas públicas que envolvam o trabalho intersetorial, em rede entre os serviços públicos e não governamentais oferecidos aos moradores.

Mas é possível chegar nesse caminho, nesse lugar, em um mundo idealizado, no qual realmente os direitos são legitimados e/ou efetivados?

A utopia é alguma coisa que não se sabe onde está. O próprio termo está a dizê-lo: U e topos. Portanto, algo que se supõe que existe, mas não se sabe onde está (...). O que pode ter alguma importância é a ação contínua. Esta, se quer que lhe diga, é a minha utopia (Saramago, 2005).

É de extrema relevância o trabalho em rede, a construção de vínculos, acolhimento e identificação do lugar.

Os serviços estão sobrecarregados e isso faz com que a rede de atendimentos nem sempre funcione de forma integralmente e durante a pandemia da Covid-19 os equipamentos foram impactados, afetando ainda mais a saúde mental dos moradores e

intensificando as demandas. A Ausência dos NASF em algumas unidades fragiliza os profissionais que atuam nesses espaços que anteriormente contavam com especialidade de cada profissional para pensar cuidado e encaminhamentos, facilitando os atendimentos. As ONGs não são equipamentos especializados, instituição de emergência, porém realizam um serviço de ponta.

É necessário um amparo do serviço especializado, não necessariamente de medicação, mas de um plano terapêutico. Pois, os encaminhamentos são feitos, mas em muitos momentos não temos retorno.

Para se operar a política de saúde, incluindo a de promoção da saúde, é necessária a consolidação de práticas voltadas para indivíduos e coletividades, em uma perspectiva de trabalho multidisciplinar, integrado e em redes, de forma que considere as necessidades em saúde da população, em uma ação articulada entre os diversos atores, em um determinado território. (PNPS, 2018, p. 8)

Pensar saúde, é trazer a luz seu conceito ampliado conforme a Política Nacional de Promoção de Saúde (PNPS, 2018) põe em voga e propõe que seja efetivada na ação profissional para com os atendidos. Dessa forma,

No âmbito da atenção e do cuidado em saúde, a integralidade na promoção da saúde passa a ser uma estratégia de produção de saúde que respeita as especificidades e as potencialidades na construção de projetos terapêuticos, de vida e na organização do trabalho em saúde, por meio da escuta qualificada dos trabalhadores e dos usuários, de modo a deslocar a atenção da perspectiva estrita do adoecimento para o acolhimento de suas histórias e condições de vida. (PNPS, 2018, p. 8)

De acordo com a Política Nacional de Humanização (PNH, 2013), conhecida também como Humaniza SUS, deve se fazer presente e estar inserida em todas as políticas públicas e programas do SUS. Em seu documento apresenta:

A PNH busca transformar as relações de trabalho a partir da ampliação do grau de contato e da comunicação entre as pessoas e grupos, tirando-os do isolamento e das relações de poder hierarquizadas. Transversalizar é reconhecer que as diferentes especialidades e práticas de saúde podem conversar com a experiência daquele que é assistido. Juntos, esses saberes podem produzir saúde de forma mais corresponsável. (PNH, 2013, p. 6)

A PNH exalta a importância de incluir pessoas como agentes ativos das mudanças nos serviços de saúde, assumindo esse autoprotagonismo. (PNH, 2013) Dessa forma,

“Incluir usuários e suas redes sociofamiliares nos processos de cuidado é um poderoso recurso para a ampliação da corresponsabilização no cuidado de si.” (PNH, 2013, p. 5).

Refletindo acerca de tais conceitos que pensam a saúde em seus aspectos integrais da corporeidade humana, faz-se necessário, no que se refere ao cuidado elucidar compreensões e propor caminhos de um cuidado que se dá nessa relação de afeto e de humanização. No que tange a sociedade contemporânea, percebe-se um aumento considerável nos agravos da saúde das pessoas, posto que, a gente vive em uma sociedade que estimula a produtividade, que estimula a competitividade e o tempo todo somos induzidos a produzir excessivamente. Portanto, é uma sociedade que corrobora com a produção de violência em função do capital, ou seja, do lucro, disfarçado de almejo ideal de vida a ser atingido.

Quantos corpos não conseguem se ater aos cuidados mínimos pessoais, porque até estes direitos o são retirados, posto que, somos forçados a viver em função do trabalho e criar um círculo vicioso que não se esgota, porém esgota a energia do sujeito, seja ela física, social e psicológica.

Só que aí chega ao momento que a gente não entende que, nós não somos uma máquina e que não vamos ficar produzindo o tempo todo, e que muitas das vezes fazer jus a essa sociedade entendendo que eu faço parte dela e que eu tenho de ser exatamente como ela quer, ultrapassa os meus limites. Então, nos cansamos, ficamos exauridos, ou seja, sem “bateria” social, psicológica, física, intelectual e outra. Logo, não conseguimos descansar e aí o que fazemos?

Por vezes entramos em um processo medicamentoso para extinguir alguns sintomas porque, o corpo ele vai dando sinais, e assim, vai sinalizando que de alguma forma ele está chegando já nos seus limites e que ao ser lançado exacerbadamente a produtividade, ultrapassa a fronteira do corpo. Nesse sentido, com a medicação para que de alguma forma se possa extinguir esses sintomas de modo imediato para continuar funcionando, ela se torna um dispositivo que se usa recorrentemente. Entretanto, chega um momento em que o corpo pede para parar, solicita pausa e quando não é respeitado, escutado e atendido às necessidades da *casacorpo* ficamos doentes. E quando isso acontece não é porque meu corpo é ruim, mas é porque ele entendeu que eu preciso diminuir a carga excessiva que está sendo absorvida e carregada, e assim, paramos muitas vezes quando estamos doentes. E todo esforço empenhado em prol do capital, a sociedade do cansaço grita e fala mais alto. (Han, 2015)

Importante frisar a questão de não culpabilizar o sujeito. Se olharmos o sujeito na perspectiva da doença, a ótica medicamentosa ganha destaque sobre ele, logo, está

associado, pois a pessoa está doente e o que é oferecido a ela como solução!? Medicação! Então, é preciso olhar o indivíduo para a perspectiva do trabalho da potência dele, porque olhando isso, conseguimos caminhos que sejam possíveis para a pessoa percorrer sem que necessariamente busque o caminho da medicalização.

E nessa sociedade altamente adoecedora e que provoca uma velocidade para se chegar que não é humana, que não existe, faz com que essa busca seja almejada a qualquer e/ou a todo o custo. Neste caso, paga-se um preço alto pelo custo da vida.

É o início do mês. (...) não posso dormir. (...) Já faz seis meses que eu não pago água. 25 cruzeiros por mês. (...) Fiquei nervosa ouvindo a mulher lamentar-se porque é duro a gente vir ao mundo e não poder nem comer. (...) Na favela tudo circula num minuto. (...) Eu amanheci nervosa. Porque eu queria ficar em casa, mas eu não tinha nada para comer. Eu não ia comer porque o pão era pouco. Será que é só eu que levo esta vida? O que posso esperar do futuro? (...) As dificuldades corta o afeto do povo povo pelos políticos. Levantei nervosa. Com vontade de morrer. Já que os pobres estão mal colocados, para que viver? Será que os pobres de outro País sofrem igual aos pobres do Brasil? (Jesus, 2014, p. 57 e seg.)

Não vamos conseguir acompanhar. É insustentável. É um nível de individualização muito grande, pois evoca a ser melhor que o outro e estar a frente o tempo inteiro. E aí esse processo do coletivo fica de escanteio. A produtividade precisa estar em primeiro lugar? Quantas vezes já escutei “ Eu não posso ficar cansado aqui não, eu tenho de trabalhar, de continuar, produzindo..”. “Eu preciso trabalhar, não posso ficar doente.” E essa é a lógica da sociedade colonizadora. A gente está dentro de uma sociedade que tem esse poder de coerção entre nós. É uma sociedade que ao mesmo tempo cuida e adocece.

Reconhecer a nossa limitação faz com que percebamos o que nós conseguimos fazer dentro do nosso possível. Mas o nosso possível é atendido e viabilizado? E pensando nesse contexto, é necessário ampliar a ótica da saúde para um conceito que integra as necessidades intrínsecas do outro. Que é o que a PNPS e PNH, dentre tantas outras pregam em seus documentos, porém, pouco se efetiva na ação.

É importante considerar situações que acontecem dentro de um território de vulnerabilidade social, porque quando falamos de sociedade a gente só não abrange pessoas nestes territórios, envolvem outras, porém, principalmente essas pessoas dadas a relevância de ser pautada, o impacto é diferente. Nesse sentido, enfatizar mais essa questão em como é viver dentro de uma favela e ter de submeter a trabalho muita das vezes para além do que o sujeito possa suportar, é preciso pensar em novos cuidados e

importante construir junto com essa pessoa o que é possível para não chegar no processo de adoecimento.

Afinal, promoção de saúde é justamente isso, é sobre trabalhar as estratégias para poder pensar em cuidado. Algumas estratégias para oportunizar essas práticas de cuidado são: socialização, as diferentes formas de proteção social, a construção de sujeitos que podem buscar caminhos objetivos e subjetivos.

Alinhada a minha prática profissional que desenvolvo neste território, busco compreender, [re]avaliar, elaborar, refletir acerca do que produz enquanto promoção de saúde, pois sou uma agente em transformação, sendo assim, a mudança que visio instigar no espaço que ocupo só acontece nessa relação COM o outro, ou seja, *ComPartilhando* experiências. Procedimentos como construção de espaços coletivos; espaços de escuta; articulação intersetorial; conhecer a realidade do sujeito; elaborar novos modos de socialização; entender novas formas de proteção social, são caminhos possíveis para avançar na promoção de saúde *e[a]fetiva*.

Ao enfatizar essa noção de saúde que passa pelo lugar de construção social, sendo aqui neste estudo, em territórios de favela do qual estou implicada, é fundamental que, os profissionais envolvidos conheçam a vivência dos sujeitos e suas histórias de vida e prática cotidianas. Para Coimbra e Nascimento, (2009), “A proposta de analisar nossas implicações é uma forma de pensar, cotidianamente, como vêm se dando nossas diferentes intervenções.” (Coimbra; Nascimento, 2009, p. 3). Coimbra e Nascimento afirmam que:

Para tanto, é fundamental que possamos empreender uma análise constante e cotidiana dos lugares por nós ocupados e das forças que nos atravessam e nos afetam em diferentes momentos, não somente em nossos trabalhos de intervenção como também em nossas vidas. (Coimbra; Nascimento, 2009, p. 5)

Peixoto (2010) aponta que para Nietzsche, o que define um corpo são as relações entre forças dominantes e forças dominadas. E, que,

Toda relação de forças constitui um corpo: químico, biológico, social, político. Duas forças quaisquer, sendo desiguais, constituem um corpo desde que entrem em relação; por isso, no sentido nietzschiano, o corpo é sempre fruto do acaso e surge como aquilo que é mais surpreendente, muito mais surpreendente, na verdade, do que o espírito ou a consciência. (Peixoto, 2010, p. 2)

Referências bibliográficas

AGUIAR, Katia Faria de e ROCHA, Marisa Lopes da. **Micropolítica e o exercício da pesquisa-intervenção: referenciais e dispositivo**. Distrito Federal. Revista Psicologia Ciência e Profissão, 2007.

AGUIAR, Katia Faria de e ROCHA, Marisa Lopes da. **Pesquisa-Intervenção e a Produção de Novas Análises**. Distrito Federal. Revista Psicologia Ciência e Profissão, 2003.

ANZALDÚA, G. **Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo**. Revista Estudos Feministas, v. 8, n. 1, p. 229–236, 2000.
<https://rioonwatch.org.br/?p=66377> acessado em 17/11/2023

[Associação de moradores - O que é e qual a sua função? \(meuelevador.com\).](#)
Associação de moradores – O que é e qual a sua função?
Por Eng. Rodrigo Arbache / setembro 11, 2018

BARBIZAN, Leci Borges. Texto e Contexto, UFRGS, s/d. Disponível em :
<<https://seer.ufrgs.br/organon/article/download/29359/18049>>

BENETTI, P. C. **Violência e projeto urbano em favelas**. Vitruvius, Arquitectos nº 48, maio 2004.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em:
05/10/2022.

Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM). **Somos nossos sonhos e nossas lutas**. Rio de Janeiro: CEASM, 2008. Disponível em:
<https://www.ceasm.org.br/> Acessado em: 02 de jun. 2024

Coimbra, C. (2001). **Operação Rio: o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública Rio de Janeiro**. RJ: Oficina do Autor; Niterói, RJ: Intertexto.

<https://mareonline.com.br/um-campus-educacional-chamado-mare/>

DIIMENSTEIN, 2011, P. 119 apud TELES et al., 2019, P. 1019).

[Um Mergulho na História: O Nascimento e Formação do Complexo da Maré -](#)

Equipe editorial de Conceito.de. (16 de Novembro de 2011). Atualizado em 7 de Janeiro de 2021. Segurança pública - O que é, conceito e definição.
Conceito.de. <https://conceito.de/seguranca-publica>.

EVARISTO, Conceição. **Escrevivências da afro-brasilidade: história e memória**. Releitura, Belo Horizonte, Fundação Municipal de Cultura, n. 23, p. 1-17, nov. 2008. Disponível em: <http://nossaescrevivencia.blogspot.com.br/2012/08/escrevivencias-da-afro-brasilidade.html>. Acesso em: 10 jun. 2024.

EVARISTO, Conceição; NUNES, Isabella; DUARTE, Constança. **Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

EVARISTO, Conceição. **Conceição Evaristo por Conceição Evaristo**. In: **COLÓQUIO DE ESCRITORAS MINEIRAS**, 1, 2009, Belo Horizonte.

EVARISTO, Conceição. **Gênero e etnia: uma escre(vivência) de dupla face**. In: MOREIRA, Nadilza Martins de Barros; SCHNEIDER, Liane (Org.). *Mulheres no mundo: etnia, marginalidade e diáspora*. João Pessoa: Ideia; Editora Universitária UFPB, 2005.

INSTITUTO DE ARTE TEAR. **Escrevivência - Episódio 01 da série Ecos da Palavra**. [S. l.: s. n.], 2017. 1 vídeo (3min57s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4EwKXpTIBhE> Acessado em: 23 jun. 2024.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Ática, 2014.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Gerente Editorial, 1992

FERREIRA, C. R. C. (2019). **Ir pra escola para "erradicar a pobreza": um estudo sobre contribuições da Psicologia acerca da temática escolarização e pobreza**. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Maringá, PR. [Links]

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão (1975)**. 38. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

FOUCAULT, Michael. **Microfísica do Poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FONTANA, F. **Técnicas de pesquisa**. In: MAZUCATO, T. (org.). *Metodologia da pesquisa e do trabalho científico*. Penápolis, SP: FUNEPE, 2018. p. 59-78.

GUIA DE RUAS DA MARÉ – 2014 – **Maré de ruas e histórias – Redes da Maré e Observatório de Favelas**. Disponível em https://www.redesdamare.org.br/media/livros/GuiaMare_26mai.pdf Acesso em: 21 abril 2022

GONÇALVES, M.A - **Psicologia Favelada-Ensaio sobre a construção de uma perspectiva Popular em Psicologia**. Rio de Janeiro: Mórula, 2019

MBEMBE, A. (2017). **Políticas da inimizade** Lisboa, PT: Antígona.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Saúde Mental**. Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-mental> Acessado em: 03 de mai. 2024

NOGUEIRA, Renato. **O Ensino de Filosofia e a Lei 10.639**. 1. ed. Rio de Janeiro. Editora Pallas: Biblioteca Nacional, 2014.

RIBEIRO, B.; VIANNA, H.; BARONE, J. ALAGADOS. In: **OS PARALAMAS DO SUCESSO**. Selvagem? Rio de Janeiro: Sony Music, 1986. Faixa 1.

RIO MEMÓRIAS: **Projeto Rio:vão remover a Maré?** Rio de Janeiro: Rio Memórias,

2024. Disponível em: <https://riomemorias.yoghcloudhost.com.br/memoria/projeto-rio-vao-remover-a-mare/>

SALINGAROS, N.A.; (trad.Livre SALOMÃO, L.) (1998). **A Teoria da Teia Urbana**, Journal of Urban Design, Volume 3, p.53-71. Taylor & Francis Limited., 1998.

SANTOS, M. O Dinheiro e o Território. Geographia, v. 1,n, p7-13, 9 set.2009.

SOUZA, J. **A Tolice da Inteligência Brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite**. Rio de Janeiro: LeYa, 2018.

SOUZA, J. **A Ralé Brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

TELES, Inalda Maria de Sá Carvalho et al. **Gestão da política de assistência social: Uma revisão Bibliográfica em relação à vulnerabilidade social**. Id on Line Rev.Mult. Psic., 2019, vol.13, n.44, p. 1016-1024.

VARELLA, D.; BERTAZZO I.; JACQUES, P.B. **Maré: vida na favela**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-2.698-de-14-deoutubro-de-2019-221814122> Acesso em: 21 abril 2022.

XAVIER, Giovana. **História Social da Beleza Negra**. 1a ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021.

XAVIER, Giovana. **Você pode substituir mulheres negras como objeto de estudo por mulheres negras contando sua própria história**. Rio de Janeiro: Malê, 2019.

REDES DA MARÉ. **Direito à Segurança Pública e acesso à Justiça Maré de Direitos**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.redesdamare.org.br/br/info/19/mare-de-direitos> Acessado em: 01 de mai. 2024

RIOONWATCH. **Um Mergulho na História: O Nascimento e Formação do Complexo da Maré**. Rio de Janeiro. Simon Marjsse. In:TraduçãoGeovannaGiannini. 2017. Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=23997> Acessado em: 03 de jun. 2024

Referências filmicas

À PROCURA DA FELICIDADE. Direção: Gabriele Muccino. Estados Unidos, 2006. Companhias Produtoras: Overbrook Entertainment; Escape Artists; Relativity Media; Columbia Pictures; Sony Pictures Releasing. DVD (117 minutos), drama biográfico, colorido, som. Formato: Série.

A VIDA E A HISTÓRIA DE MADAM C. J. WALKER. Direção: Demane Davis; Eric Oberland; Lena Cordina. Estados Unidos, 2020. Companhia Produtora: Netflix. DVD (45-49 minutos por episódio), drama, colorido, som. Formato: Minissérie.

MÃOS TALENTOSAS: A HISTÓRIA DE BEN CARSON. Direção: Thomas Carter. Estados Unidos, 2009. Companhia Produtora: Sony Pictures Television. DVD (90 minutos), drama, colorido, som. Formato: Filme.

O MENINO QUE DESCOBRIU O VENTO. Direção: Chiwetel Ejiofor. Reino Unido, 2019. Companhias Produtoras: Participant Media; BBC Films; British Film Institute; Potboiler Productions; Netflix. DVD (113 minutos), drama biográfico, colorido, som. Formato: Filme.